

O DESEMPENHO DA AGRICULTURA GAÚCHA E A POLÍTICA ECONÔMICA NOS ANOS 80

*Elvin Maria Fauth**

O início dos anos 80 delimitou dois períodos distintos na evolução do processo de desenvolvimento da economia brasileira: marca o final de um período de expansão econômica, com um significativo incremento do endividamento externo, e o princípio de uma grande crise econômica, que levou o Governo brasileiro à adoção de um processo de ajustamento da economia ao setor externo.

Os aumentos substanciais no preço do petróleo e nas taxas externas de juros, acrescidos da recusa por parte das autoridades monetárias internacionais em "rolar" a dívida brasileira, fizeram com que a nossa economia fosse direcionada para a geração de "superavits" comerciais cada vez maiores no balanço de pagamentos,¹ com vistas à obtenção de divisas e à conseqüente liquidação periódica dos serviços dessa dívida.

As medidas de política econômica adotadas revestiram-se de um caráter recessivo, e muitas delas foram estabelecidas em função das solicitações expressas nos acordos com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Assim, o período 1981-84 foi delineado por diretrizes de políticas monetária e fiscal nitidamente contracionistas, que culminaram na elevação das taxas de juros internas e na contenção do gasto público. A política salarial foi modificada, buscando ampliar a subindexação dos rendimentos do trabalho, com o conseqüente agravamento do problema da distribuição de renda. Finalmente, por meio da política cambial, foram promovidas desvalorizações sucessivas nas taxas de câmbio,² objetivando estimular a competitividade das exportações e desestimular as importações.

A contrapartida do relativo desafoço do setor externo foi a deterioração da economia interna. A recuperação do crescimento econômico verificado em 1984-85

* Economista da FEE.

O autor agradece a colaboração de Wilson Villa pelos cálculos das taxas geométricas e a Marinês Z. Grando e Alvaro Garcia pelas preciosas sugestões dadas. Eventuais falhas remanescentes são de inteira responsabilidade da autora.

¹ Entre 1983 e 1985, o Brasil consolidou a situação da sua balança comercial, obtendo "superavits" da ordem de US\$ 12,5 bilhões.

² Como exemplos históricos de desvalorizações cambiais registram-se a máxidesvalorização de dezembro de 1979, que se mostrou praticamente ineficiente ao longo de 1980, quando houve a correção das taxas cambiais em níveis muito abaixo da inflação, e a de fevereiro de 1983 (em 30%), quando a correção cambial passou a acompanhar as taxas de inflação.

deveu-se, em grande parte, à elevação no "quantum" das exportações (da ordem de 23% entre 1983 e 1984), uma vez que os preços mundiais dos principais produtos da pauta brasileira de exportação se encontravam deprimidos. Foi nesse contexto, de relativa recuperação econômica, porém com altas taxas de inflação, que se instalou o Governo da Nova República.

A questão que tem sido colocada em diferentes estudos sobre a agricultura brasileira é a de avaliar como esta vem sendo atingida pelas políticas de ajustamento externo, em particular quando lhe estão sendo essencialmente dirigidas medidas de estímulo às exportações. Ou melhor, o fato de o Brasil estar empenhado na geração de enormes "superavits" comerciais impediu o crescimento da produção agrícola de mercado interno.

Analistas econômicos³ mostram que a implementação de uma política agrícola adequada para manter e mesmo elevar a produção de alimentos básicos foi o que sustentou esse segmento produtor, impedindo a ocupação de áreas tradicionalmente cultivadas com produtos de subsistência — cujos excedentes se destinam ao mercado doméstico — pelas culturas de exportação. Referem-se, também, à estagnação, ou mesmo à diminuição, da migração campo—cidade nos anos 80 como um dos fatores preponderantes do aumento da produção de alimentos. Eles justificam essa estagnação ou diminuição pelas atuais condições de oportunidade e de sobrevivência nos centros urbanos, caracterizadas pelo desemprego e por baixos salários, em contraposição à década de 70, quando se tinha uma alta de salários e maior absorção de mão-de-obra na economia. Outro tema também discutido pelos analistas refere-se ao maior grau de racionalidade econômica na utilização dos fatores de produção, que possibilitou a conquista de novos patamares de produtividade nas lavouras brasileiras.

Tendo-se como referência o contexto das questões acima, pergunta-se, neste estudo, como se comportou o setor agropecuário no Rio Grande do Sul e quais foram as repercussões da política econômica nessa atividade?

À luz das considerações acima referidas, basicamente expostas nos trabalhos de Fernando Homem de Mello (1990) e Gervásio Castro de Rezende (1988a), pretende-se, a seguir, investigar o desempenho agrícola gaúcho frente às políticas adotadas para a economia na década de 80, com especial atenção ao seu último quinquênio.

Nesse sentido, o presente artigo é estruturado em seis itens. Parte-se da divisão da década de 80 em dois subperíodos, 1980-84 e 1985-89, para efeito de averiguação do caráter das medidas de política econômica adotadas. O item 2 tem por objetivo mostrar a posição da agricultura gaúcha na agricultura nacional. O pressuposto de que o Rio Grande do Sul possui considerável participação no conjunto agrícola do País facilitará a compreensão do grau de influência que possam ter medidas pautadas pela política de ajustamento externo aqui no Estado. A análise básica que corresponde ao desempenho da produção agrícola no Rio Grande do Sul frente às medidas econômicas adotadas encontra-se no item 3. Nos itens subsequentes enfocam-se também o comportamento dos preços agrícolas, as exportações e importações e as variações no número de estabelecimentos agrícolas e no número do pessoal ocupado nas atividades rurais, como forma de se identificarem os efeitos da política econômica sobre essas variáveis. Ou melhor, com a observação da série temporal das exportações agrícolas do Rio Grande do Sul na última década, buscar-se-á ver que participação o Estado teve na geração

³ Entre outros estudos destacam-se os trabalhos de Gervásio Castro de Rezende e Fernando Homem de Mello.

de divisas. Por outro lado, a análise das importações de trigo (único produto agrícola que tem importação sistemática), bem como a análise do comportamento dos preços mínimos "versus" os preços de mercado permitirão avaliar os resultados apresentados pela produção orientada para o abastecimento doméstico frente às políticas de preços e de substituição de importações. Por sua vez, a investigação sobre o número de estabelecimentos agrícolas e da mão-de-obra neles ocupada possibilitará algumas considerações de caráter geral.

1 - A caracterização da política econômica nos anos 80

Para efeito de análise do desempenho do Setor Primário em função das medidas econômicas adotadas, a década de 80 pode ser dividida em dois subperíodos.

Os cinco primeiros anos caracterizaram-se por uma política econômica de cunho nitidamente contracionista, que, além de ampliar a rígida política monetária já em curso, instaurou, de um lado, cortes drásticos no volume de recursos ofertados pelo Sistema Nacional de Crédito Rural e, de outro, uma política de preços mínimos mais agressiva.

Esse primeiro subperíodo, delimitado pelo início de uma crise econômica que o Brasil passaria a enfrentar, teve o FMI como o principal interveniente das medidas econômicas direcionadas basicamente para o comércio exterior. Com o estrangulamento externo,⁴ não havia mais contrapartida para a sustentação do crescimento econômico que tinha até então ocorrido (1974-80): a estratégia de "crescimento com endividamento" ficou inviabilizada pela dificuldade de obtenção de novos financiamentos de médio e longo prazos no Exterior. No setor agrícola, couberam fundamentalmente maiores incentivos às culturas ligadas à balança comercial e aos grandes produtores e empresas rurais, pois eram esses agentes econômicos que poderiam dar maior sustentação às exigências de um programa de ajustamento externo.

A partir de 1985, tem-se um segundo subperíodo, quando o Governo da chamada Nova República, que se anunciava comprometido com as lutas democráticas, sustentava intenções de recomposição dos salários, de combate à inflação e de retomada do crescimento econômico, apesar de todas as limitações decorrentes da maciça transferência de recursos ao Exterior. Nesse subperíodo, observa-se uma reversão na conduta da política econômica, a qual se torna menos restritiva, com uma política monetária mais flexível. Para a agricultura, esse subperíodo marcou um novo impulso à produção para o mercado interno, com o retorno das dotações creditícias. Restabeleceu-se o critério de concessão de financiamento aos produtores, segundo o tamanho das propriedades, e o direcionamento de maiores volumes de recursos aos produtores de culturas alimentares. Os preços mínimos, passando a refletir em seus níveis os custos operacionais de produção dessas culturas, também sinalizavam a prioridade das metas⁵ estabelecidas para o setor.

⁴ Em fins de 1980, a dívida externa líquida do Brasil atingiu a cifra de US\$ 46,9 bilhões, 50% superior à de 1978⁵.

⁵ As metas para a agricultura a serem obtidas durante o quadriênio 1986-89 foram especificadas no Plano de Metas Sustentação do Crescimento e Combate à Pobreza, de julho de 1986, e no Plano de Controle Macroeconômico, de julho de 1987.

Feitas essas considerações para o entendimento das conjunturas que geraram políticas econômicas diferenciadas ao longo da década, passa-se à análise do desempenho agrícola propriamente dito. Para tanto, consideraram-se oito produtos agrícolas de relativa importância para o Setor Primário gaúcho e dois produtos animais. São eles: arroz, feijão, milho, trigo, batata-inglesa, cebola, mandioca, soja, aves e bovinos.

2-Posicionamento da produção agrícola gaúcha no contexto agrícola nacional

Antes de se fazer uma investigação elaborada e específica sobre o desempenho da agricultura do Rio Grande do Sul, verificar-se-á a posição que o Estado ocupa na produção nacional dos oito produtos vegetais referidos.

A Tabela 1 apresenta a participação dos totais de produção física e das médias de área colhida das principais lavouras gaúchas nas décadas de 70 e 80 nos totais de produção física e das médias de área colhida dessas mesmas lavouras no Brasil.

Tabela 1

Participação percentual das médias de área colhida e dos totais de produção física do Rio Grande do Sul nas médias de área e nos totais da produção do Brasil, por produto — décadas 70 e 80

DISCRIMINAÇÃO	ÁREA COLHIDA		PRODUÇÃO FÍSICA	
	Década 70	Década 80	Década 70	Década 80
Arroz	9,01	12,53	22,29	31,15
Feijão	5,03	3,95	7,12	5,04
Milho	15,23	14,42	14,55	14,45
Soja	52,98	37,71	47,82	30,91
Trigo	61,41	35,01	58,31	29,80
Batata-inglesa	30,41	26,37	21,87	13,39
Cebola	35,30	28,48	34,07	21,11
Mandioca	10,78	6,90	9,98	7,50
TOTAL	22,89	19,78	18,94	18,28

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE.

Os resultados obtidos são bastante significativos. Para a área colhida das oito culturas, registra-se, apenas, um caso de aumento nos hectares médios computados na década de 80 em relação à de 70: é o da área de arroz gaúcho, que, participando com 9,01% da área média brasileira colhida com esse cereal nos anos 70, passa a deter 12,53% dessa área na década de 80. Os demais produtos diminuíram nos anos 80 a participação que detinham na década de 70 na área nacional cultivada em cada uma dessas culturas.

Quanto aos totais de produção física, verifica-se o mesmo comportamento de queda observado nos totais de área colhida. Salienta-se especialmente a redução acentuada da produção física de trigo gaúcho em cerca de 50%, quando comparada com a produção brasileira.

Outro indicador importante para confrontar a agricultura gaúcha com a nacional são os relativos de produtividade física obtidos nas duas décadas (ver também Tabela 2 do Apêndice).

Tabela 2

Relação entre a produtividade física média obtida no Rio Grande do Sul e no Brasil por produto — décadas de 70 e 80

DISCRIMINAÇÃO	RS/BR	
	Década de 70	Década de 80
Arroz	2,48	2,45
Feijão	1,42	1,29
Milho	0,96	1,01
Soja	0,93	0,83
Trigo	0,97	0,91
Batata-inglesa	0,72	0,52
Cebola	0,99	0,75
Mandioca	0,93	1,08
Média dos oito produtos	0,83	0,93

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE.

Os níveis médios de produtividade física da agricultura do Rio Grande do Sul registraram quedas para seis dos produtos analisados relativamente às médias de produtividade para os mesmos produtos no Brasil. As exceções ficam por conta do milho e da mandioca, que mostraram ganhos relativos de produtividade sem, no entanto, serem muito significativos, uma vez que se aproximaram da unidade.

Por outro lado, esse mesmo quadro revela que o setor agrícola gaúcho, tanto na década de 70 como na de 80, só apresentou produtividades médias superiores às

brasileiras para o arroz e o feijão, enquanto se manteve praticamente em torno da unidade para o milho, o trigo e a mandioca.

Através desses indicadores, pode-se afirmar que, com exceção do arroz, a agricultura do Rio Grande do Sul perdeu posição relativa em todas essas culturas, considerando-se os patamares de área, produção e produtividade de cada uma delas no País. Ou seja, afora a produção de arroz irrigado, a agricultura do Estado, comparada à nacional, mostrou-se praticamente estagnada na década de 80, em relação à década de 70, indicando um crescimento bem menor que o brasileiro.

No entanto é conveniente observarem-se as taxas de crescimento dos números absolutos de produção física, área colhida e produtividade entre as duas décadas para as oito lavouras no Rio Grande do Sul e no Brasil, separadamente. Ver-se-á que, tanto aqui como no resto do País, houve acréscimos significativos para o conjunto dessas variáveis em quase todos esses produtos.

O confronto desses três indicadores de desempenho agrícola nas duas últimas décadas mostra que o trigo, a mandioca, o feijão e a batata-inglesa apresentaram crescimentos diferenciados.

Tabela 3

Taxas de crescimento dos totais de produção física das médias de área colhida e de produtividade física na década de 80 em relação à década de 70, por produto, no Rio Grande do Sul e no Brasil

DISCRIMINAÇÃO	RIO GRANDE DO SUL			BRASIL			(%)
	Produção Física	Área Colhida	Produtividade Física	Produção Física	Área Colhida	Produtividade Física	
	Arroz	75,79	47,92	17,73	25,75	6,27	19,18
Feijão	-27,79	-0,61	-26,58	2,14	26,48	-19,64	
Milho	41,75	7,37	32,38	42,74	13,38	25,35	
Soja	44,85	35,95	6,72	124,07	91,02	19,32	
Trigo	-14,17	-40,46	43,91	67,94	4,43	52,95	
Batata-inglesa	-27,57	-26,56	-0,64	18,34	-15,33	39,96	
Cebola	14,35	-0,98	15,24	84,57	22,76	53,22	
Mandioca	-34,95	-39,95	7,43	-13,39	-6,09	-7,73	
TOTAL	21,15	7,38	11,80	25,51	24,29	-0,46	

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE.

No trigo encontram-se as taxas de crescimento mais significativas para o Rio Grande do Sul: ainda que tenham ocorrido reduções da área média colhida (-40,46%) e da produção física (-14,17%) da década de 70 para a de 80, tem-se um considerável incremento de produtividade da ordem de 43,91% nesse período.

A mandioca gaúcha, por sua vez, repete esse mesmo desempenho, todavia com um aumento de produtividade bem menos significativo (7,43%).

O feijão teve um acréscimo de área de 26,48% no Brasil, porém apresentou um desempenho insatisfatório para as demais variáveis, registrando inclusive os maiores decréscimos de produtividade física entre os oito produtos considerados. No Rio Grande do Sul, essa queda foi de 26,58% e, no País, de 19,64%, de uma década para a outra.

A exemplo do feijão, a batata-inglesa teve, aqui no Estado, taxas negativas de crescimento para os três indicadores. Para o Brasil, no entanto, mesmo com um decréscimo em sua área média colhida de 15,33%, mostrou aumentos relevantes de produção e de produtividade físicas.

Através dessas observações, pode-se concluir que as culturas produzidas tanto no Estado como no País apresentaram saltos significativos de produtividade física dos anos 70 para os 80, exceção feita para o feijão e, de certo modo, para a mandioca.

3-As medidas econômicas e o desempenho da agricultura gaúcha

Este item objetiva mostrar como foi o desempenho da agricultura do Rio Grande do Sul face aos diferentes momentos econômicos vivenciados no decorrer da década de 80 e, particularmente, no período 1985-89.

Procurar-se-á avaliar o comportamento dos indicadores agrícolas — área, produção e produtividade — como resposta aos incentivos ditados pelas "regras" que norteiam a economia brasileira. Em grandes linhas, são a contração e a descontração da política econômica que darão o sentido analítico do texto, uma vez aceita a idéia de que a evolução das variáveis a serem observadas é, em parte, resultado das solicitações mais gerais do conjunto da economia, já que a agricultura não é um setor alheio às limitações e aos estímulos determinados pelas opções de política econômica.

Vale lembrar, no entanto, que a vulnerabilidade a que está sujeita a agricultura, em virtude das características de produção que lhe são próprias, não permite, muitas vezes, uma avaliação mais precisa dos resultados quando relacionados à determinação de medidas econômicas para estimular, ou não, as atividades do setor. Porém, sempre que possível, far-se-á a relação entre o desempenho da agricultura e os ditames da política econômica.

Com a finalidade de tornar a análise mais fluente, optou-se pela divisão dos oito produtos selecionados em dois subitens, a saber: **Desempenho da Produção Vegetal** e **Desempenho da Produção Animal**. Considera-se, para efeito de desempenho, mais quatro importantes indicadores — preço, comércio externo e número de estabelecimentos agrícolas e de pessoal ocupado —, que serão vistos logo a seguir.

3.1 - Desempenho da produção vegetal

Uma preocupação básica, por várias vezes expressa nos discursos oficiais de governo, era de que as solicitações do programa brasileiro de ajustamento externo iriam requerer, nos anos 80, uma demanda "extra" ao setor agrícola, a fim de objetivar, além da geração de divisas, considerada primordial dentro do programa, acréscimos significativos na produção agrícola para o mercado interno.

Observando-se os níveis físicos da produção brasileira de cinco grãos — arroz, feijão, milho, trigo e soja —, constata-se que, de 1974 até 1979, o Brasil vinha mantendo uma tonelagem média de produção em torno de 40 milhões. A partir de 1980, após a decisão do Governo Figueiredo de priorizar a produção agrícola, observa-se, comparativamente à década anterior, um aumento substancial na produção de grãos, que passa a situar-se próxima a 50 milhões de toneladas. Posteriormente, a entrada da economia brasileira num de seus períodos de mais profunda recessão (1981-84) não impediu a permanência dos níveis de produção agrícola no patamar alcançado. Com o Governo da Nova República, volta o discurso sobre a necessidade de incrementar os níveis de produção. A agricultura brasileira passa, então, a apresentar resultados crescentes, ano após ano, chegando a uma produção de 70 milhões de toneladas de grãos em 1989.

3.1.1 - O período 1980-84

Retrocedendo-se no tempo e fazendo-se uma breve análise do período anterior a 1985, atentar-se-á para o fato de a política econômica — particularmente aquela dirigida às atividades agrícolas — ter sofrido uma reorientação. A política econômica, como já foi dito, contraiu-se no sentido de limitar a demanda agregada, uma vez que o receituário do FMI era restringir gastos públicos e direcionar maior volume de divisas ao pagamento da dívida externa. Em função disso, o crédito rural, altamente subsidiado e responsável pelos incrementos de produção agrícola obtidos durante a década de 70, sofreu cortes drásticos, ao mesmo tempo em que a Política de Preços Mínimos se tornou a principal alavanca de estímulos à produção doméstica; de uma maneira geral, os níveis dos preços mínimos passaram a ser fixados próximos aos preços de mercado.

Nesse contexto, o Rio Grande do Sul registrou, para quatro dos oito produtos vegetais analisados, crescimento significativo dos índices de produtividade física em 1985 com relação a 1980. São eles: trigo, 29%; milho, 20%; batata-inglesa, 20% e cebola, 29%. Isso ocorreu sem constarem, nesse período, aumentos de área em nenhuma dessas culturas.

O arroz foi a lavoura que obteve incrementos em todas as três variáveis levantadas, enquanto o feijão manteve o índice de área colhida de 1980 e apresentou incrementos de produção e de produtividade físicas praticamente iguais. A soja, por sua vez, apresentou, em 1985, uma produtividade física 9% superior ao nível registrado em 1980, mantendo praticamente inalterados seus índices de área e de quantidade produzida (para todas as informações até aqui analisadas, ver Tabela 1 do Apêndice).

Dessa forma, pode-se afirmar que as culturas voltadas basicamente para o mercado interno foram as que mostraram melhor desempenho, entre 1980 e 1985, no Rio Grande do Sul, endossando a "prioridade agrícola" dos discursos governamentais. Vale salien-

tar a notável "performance" da triticultura gaúcha, que, em função de importantes inovações tecnológicas (novos cultivares), obteve um novo patamar de produtividade. Certo é afirmar também que, em boa medida, esse fato deveu-se ao fraco desempenho da lavoura de soja, uma vez que ela concorre para a complementação da renda anual do produtor. É importante frisar, entretanto, que o incentivo à produção de culturas exportáveis apresentou melhores resultados nas regiões de fronteira agrícola nacional, onde a sojicultura obteve grande dinamismo nesse período. De toda forma, a produção agrícola requerida pelo programa brasileiro de ajuste externo, no sentido de poupar e também de gerar divisas, foi obtida pelo setor.

3.1.2 - O período 1985-89

Avançando-se para o período posterior a 1985, no qual se centra esta análise, procurar-se-á, sempre que possível, estabelecer a relação do desempenho da agricultura gaúcha com os movimentos da política econômica, conforme já foi mencionado.

A troca de governo em março de 1985 proporcionou um "novo fôlego" à agricultura, principalmente ao segmento voltado para a produção de alimentos. Medidas econômicas menos restritivas, a partir do segundo semestre de 1985, permitiram o restabelecimento das condições básicas para o estímulo à produção agrícola. Nessas circunstâncias, os recursos para os financiamentos rurais, apesar de ainda insuficientes, voltaram a ser concedidos pelo tamanho de propriedade dos produtores (pequeno, médio e grande), com nítidas vantagens para o pequeno produtor e para a produção de alimentos. Os preços mínimos para essas culturas, fixados em níveis compatíveis com uma parcela maior dos custos das lavouras, também refletiram a importância dada às culturas básicas.

No entanto os resultados de produção da safra 1985/86 ficaram muito aquém das expectativas, devido a fatores climáticos, não se podendo avaliar como as medidas tomadas repercutiriam no setor. Efetivamente, a agricultura sofreu, a partir de outubro de 1985, sérias interferências climáticas na Região Centro-Sul, com uma grande estiagem, que se estendeu por quatro meses. Para o Rio Grande do Sul, esses resultados mostraram-se calamitosos: a produção física de sete das culturas analisadas (menos o trigo) reduziu-se em 30% relativamente à safra 1984/85.

Toda essa situação redundou em um quadro preocupante. A escassez de produção e a redução dos estoques oficiais de produtos agrícolas contribuíram para agravar o abastecimento e para acelerar o processo inflacionário, cujo patamar já se encontrava na casa dos 15% ao mês.

Foi nesse contexto que o Plano Cruzado (fevereiro de 1986), congelando preços e salários, acabou por reduzir as expectativas do produtor agrícola com respeito a uma possível recuperação das perdas econômicas ocasionadas pela seca, pois a frustração da safra poderia, eventualmente, elevar os preços agrícolas.

Porém a possibilidade de obtenção de outros ganhos, que não através da venda de produtos agrícolas, foi pautada, primeiro, pelo congelamento de preços, segundo, pela perspectiva de expansão do nível de emprego e da demanda por alimentos e matérias-primas agrícolas e, terceiro, pela extinção da correção monetária; o que acabou revertendo esse quadro de desânimo dos produtores. A reforma monetária

aumentou neles consideravelmente a disposição ao endividamento para a reposição de máquinas e implementos agrícolas, como também os induziu, em virtude da perda de atratividade dos ativos financeiros, a canalizarem um maior volume de recursos próprios às atividades produtivas.

Para a safra seguinte (1986/87), uma política econômica mais passiva, que vigorou até a época do Cruzado II, permitiu a queda das taxas de juro internas e a implantação da plurianualidade e da correção mensal pelo Índice de Preços Pagos pelos Produtores (IPP) para os preços mínimos, proporcionando incorporação de novas áreas agrícolas ao cultivo e acréscimos de produtividade naquelas consideradas tradicionais.

Como resultado dessas medidas, o setor agrícola teve um expressivo crescimento, apesar de 1987 caracterizar-se como um ano de desaceleração do processo econômico. Com efeito, o desempenho das principais culturas de verão produzidas no Rio Grande do Sul foi amplamente favorecido — inclusive pelas condições climáticas —, resultando em ganhos significativos para o setor. Ou seja, após sete anos, a agricultura gaúcha recuperou os níveis recordes de produção obtidos no início da década: cerca de 15 milhões de toneladas. Em produtividade física, destacaram-se as culturas de arroz (4.430kg/ha), de milho (1.980kg/ha), de trigo (1.660kg/ha), de batata (6.960kg/ha) e de cebola (8.530kg/ha), com índices acima da produtividade média da década (ver Tabela 2 do Apêndice).

Apesar do caráter fortemente contracionista da política monetária, baseada no diagnóstico de excesso de liquidez na economia desde o segundo semestre de 1986, nada impediu a elevação acelerada das taxas inflacionárias.

Em consequência dessa escalada da inflação, em plena vigência de um novo congelamento geral de preços (em meados de 1987), desta vez propiciado pelo Plano Bresser, e de implantação do Plano de Controle Macroeconômico, que visava ao incremento de produção alimentar, o Governo definiu as regras para o próximo plantio (safra 1987/88), com a obrigatoriedade de considerar dois aspectos aparentemente contraditórios: estimular a produção alimentar de acordo com o Plano Macroeconômico, ou conter os preços para assegurar níveis de inflação em um patamar aceitável e coerente com o Plano Bresser. A opção foi a de aumentar a produção. Para isso, houve um reajuste dos preços mínimos acima dos preços de mercado e a fixação de taxas de juros reais (7% ou 9% a.a., conforme a categoria do produtor, mais correção pela antiga OTN) para os financiamentos agrícolas de acordo com orientação da política monetária.

De qualquer forma, passados os três meses de vigência do congelamento, a economia retornou à tendência ascendente das taxas de inflação, com efeitos diretos sobre os preços dos insumos e dos produtos agrícolas no segundo semestre.

Os resultados de produção da safra 1987/88 para o Rio Grande do Sul acabaram frustrados por uma estiagem na época de colheita, não permitindo uma avaliação mais precisa da produção como resultado de medidas econômicas estabelecidas. A quantidade produzida nas sete lavouras de verão reduziu-se em 16% comparativamente à safra recorde anterior, sendo o milho, a soja e a cebola as culturas mais atingidas.

Em meados de 1988, a equipe econômica do Governo Sarney lançou um programa de intenções, popularmente conhecido como política "feijão-com-arroz". Esse programa delineava, além do acordo com o FMI, políticas monetária e fiscal austeras para controlar a liquidez e evitar a especulação (inflacionária) em ativos reais. Porém o fato

de o acordo externo exigir elevados "superavits" comerciais, conversão da dívida em investimentos e manutenção do mecanismo de reempréstimo dos recursos externos depositados no Banco Central fez com que as medidas propostas provocassem desequilíbrios internos sobre as políticas monetária e fiscal, tornando-as incompatíveis com a retomada do crescimento econômico. O recrudescimento da inflação e a própria recessão deram um fim à política "feijão-com-arroz" e agiram corrosivamente sobre as receitas fiscais do Governo. No final do ano, a revisão de alguns itens do acordo já era aceita pela equipe econômica que o havia defendido perante os credores externos como a única saída para a economia nacional.

Diante dessas circunstâncias, foram definidas as regras para o plantio da safra 1988/89: preços mínimos compensadores (acréscimos reais) foi o principal estímulo às culturas básicas, juntamente com a proposta de aplicação adequada de tecnologia e de recursos na agricultura.

Como resultado, colheu-se a maior safra do Rio Grande do Sul até hoje obtida, apesar da estiagem que ocorreu na região oeste do Estado, totalizando 17,5 milhões de toneladas para as oito culturas analisadas. Em termos dos níveis de produtividade, novos recordes foram obtidos: 22% acima da produtividade média da década de 80, com destaque para todos os produtos, com exceção da cebola.

Certo é, entretanto, que o Plano Verão, instituído na ocasião em que essa safra começava a ser colhida, não permitiu um desdobramento satisfatório de sua comercialização, em virtude do congelamento dos preços e do câmbio (após uma desvalorização em 17%) e da desindexação da economia. O Plano Verão, contrariamente aos demais "choques", pretendeu seguir com políticas fiscal e monetária restritivas, que se mostraram, de igual forma, ineficazes. A idéia central era a regulação da demanda, com taxas de juros elevadíssimas, a fim de desestimulá-la. Esses fatos, associados ao congelamento do câmbio, embora procurassem evitar o desabastecimento, não impediram a manifestação de expectativas por parte dos agentes econômicos, que tenderam, diante de incertezas, a elevar seus preços, impedindo que o Plano obtivesse êxito.

3.2 - Desempenho da produção animal

Nos últimos 10 anos, a produção animal, no que tange a aves e bovinos, apresentou um desempenho bastante fraco.

Mais exatamente no período posterior a 1985, o desempenho do abate de bovinos teve uma relação bastante estreita com o desdobramento dos planos de estabilização econômica. No período compreendido entre 1985 e 1989, a implantação dos três Planos Econômicos (Cruzado, Bresser e Verão) afetou consideravelmente a produção bovina, redundando na diminuição do número de bovinos abatidos no Rio Grande do Sul, em 1986, 1987 e 1989, chegando, inclusive, em 1986 e 1987, a índices bastante inferiores a 1980 (Tabela 4).

A justificativa encontra-se no fato de o gado bovino ser um ativo real. Os Planos, ao impossibilitarem ganhos fáceis no mercado financeiro, permitiram o redirecionamento de recursos antes aplicados em poupanças e/ou no "over" para esse tipo de ativo (entre outros), detendo, assim, o boi no campo.

Tabela 4

Valor real e índices do número de abates e das médias dos preços recebidos pelos criadores de boi gordo para corte no Rio Grande do Sul — 1980-89

ANOS	VALOR REAL (1) (Cr\$/kg vivo)	NÚMEROS-ÍNDICES	
		Abates	Valor
1980	1,20	100,00	100,00
1981	0,81	103,05	67,50
1982	0,66	119,41	55,00
1983	0,73	116,64	60,84
1984	0,86	107,37	71,67
1985	0,73	110,64	60,84
1986	0,85	82,00	70,84
1987	0,88	74,56	73,34
1988	0,60	103,44	50,00
1989	0,70	100,33	58,34

FONTE: EMATER.

Ministério da Agricultura/SERPA.

NOTA: 1. O número de abates considera somente os sob inspeção federal.

2. As médias dos preços recebidos pelos criadores de boi gordo foram obtidas a partir dos preços reais mensais.

(1) Deflator IGP-DI, col.2, base mar./89=100.

O comportamento dos preços recebidos pelos criadores na década também demonstra a crescente fragilização desse segmento produtor. O preço do boi gordo comportou-se de forma bastante irregular, sendo que a sua tendência, desde 1980, independentemente das oscilações, foi de queda.

Até mesmo a produção gaúcha de aves para corte, produto típico de exportação e que tem um mercado mundial altamente promissor, apresentou uma certa estagnação, na década, aqui no Estado. Os índices de aves abatidas registraram, somente a partir de 1985, incrementos anuais comparáveis aos de 1981 e 1982, enquanto seus preços reais estiveram em queda a partir de 1980, chegando em 1987, 1988 e 1989 aos índices mais baixos já registrados, como mostra a Tabela 5.

Embora tenham crescido em importância as exportações mundiais de carne durante a década de 80, nota-se que o aquecimento do mercado internacional não foi suficiente para dinamizar esses segmentos produtores no Rio Grande do Sul.

Tabela 5

Valor real e índices do número de abates e das médias dos preços recebidos pelos criadores de frango para corte no Rio Grande do Sul — 1980-89

ANOS	VALOR REAL (1) (Cr\$/kg vivo)	NÚMEROS-ÍNDICES	
		Abates	Valor
1980	1,22	100,00	100,00
1981	0,91	149,02	74,60
1982	0,80	164,78	65,88
1983	0,86	126,71	70,50
1984	1,03	112,40	84,43
1985	0,87	121,32	71,32
1986	0,94	141,16	77,05
1987	0,77	163,77	63,12
1988	0,65	164,08	53,28
1989	0,76	175,37	62,30

FONTE: EMATER.

Ministério da Agricultura/SERPA.

NOTA: 1. O número de abates considera somente os sob inspeção federal.

2. As médias dos preços recebidos pelos criadores de frango para corte foram obtidas a partir dos preços reais mensais.

(1) Deflator: IGP-DI, col.2, base mar./89=100.

4 - O comportamento dos preços agrícolas

Objetiva-se, neste item, verificar a evolução dos preços agrícolas, mais exatamente dos preços recebidos pelos produtores no Rio Grande do Sul e dos preços mínimos, assim como a correlação que existe entre eles. Dessa forma, pretende-se avaliar a tendência dos preços na década de 80 e a importância da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) no comportamento do mercado agrícola.

De início, é necessário salientar que os preços para os quatro produtos selecionados — arroz, feijão, milho e soja — se referem exclusivamente aos períodos de concentração da colheita, que vêm a ser diferentes para cada um dos produtos. O arroz e a soja são preferencialmente colhidos de março a maio; o milho, de março a junho; e o feijão, de novembro a janeiro do ano seguinte.

Deflacionaram-se esses valores e calculou-se o preço médio do período para cada um dos produtos. Sendo assim, a análise limita-se ao período em que, teoricamente, os preços agrícolas se encontram "naturalmente" contraídos em função da concentração da oferta.

De uma maneira geral, os preços reais recebidos pelos produtores no Rio Grande do Sul, nos anos 80, mostraram-se tendencialmente decrescentes, com destaque para o período posterior a 1985 (ver Tabela 6 e as taxas geométricas de crescimento da Tabela 3 do Apêndice).

Tabela 6

Valor real e índice das médias dos preços recebidos pelos produtores, por produto, no Rio Grande do Sul — 1975-89

ANOS	ARROZ		FEIJÃO		MILHO		SOJA	
	Valor Real (1) (Cr\$/50kg)	Número- índice	Valor Real (1) (Cr\$/60kg)	Número- índice	Valor Real (1) (Cr\$/60kg)	Número- índice	Valor Real (1) (Cr\$/60kg)	Número- índice
1975	18,15	104,20	34,79	111,23	11,01	100,64	18,81	119,51
1976	15,40	88,41	26,34	84,21	11,57	105,76	14,82	94,16
1977	10,97	62,98	58,25	186,23	9,53	87,12	20,17	128,15
1978	12,71	72,97	37,24	119,06	10,83	99,00	18,25	115,95
1979	15,73	90,30	33,25	106,30	12,52	114,45	18,30	116,27
1980	17,42	100,00	31,28	100,00	10,94	100,00	15,74	100,00
1981	11,93	68,49	87,51	279,77	9,90	90,50	14,40	91,49
1982	16,04	92,08	38,24	122,26	8,13	74,32	13,86	88,06
1983	13,42	77,04	24,76	79,16	8,90	81,36	14,13	89,78
1984	11,97	68,72	29,89	95,56	10,52	96,17	21,51	136,66
1985	13,69	78,59	38,35	122,61	9,94	90,86	14,84	94,29
1986	13,86	79,57	32,77	104,77	9,99	91,32	13,29	84,44
1987	7,60	43,63	30,57	97,74	5,58	51,01	9,08	57,69
1988	8,09	46,45	22,78	72,83	6,85	62,62	13,01	82,66
1989	8,14	46,73	36,51	116,72	7,46	68,20	12,75	81,01

FONTE DOS DADOS BRUTOS: EMATER.

NOTA: As médias dos preços recebidos pelos produtores foram obtidas a partir dos preços médios reais calculados para os meses de concentração da colheita de cada produto: arroz e soja, março, abril e maio; feijão, novembro, dezembro e janeiro; milho, março, abril, maio e junho.

(1) Deflator IGP-DI, col.2, base mar /89=100.

Pode-se afirmar que a queda nos preços observada especialmente para o feijão, o milho e o arroz deveu-se, em primeiro lugar, aos incrementos nas quantidades produzidas a partir de 1980. Em segundo lugar, porque, ao se tratar de preços no período de safra, isto é, num dado ponto do tempo, o que vai confrontá-los é a demanda privada para a formação de estoques a serem distribuídos ao longo do ano. Isso quer dizer que a realização da safra depende diretamente da expectativa dos agentes econômicos — principalmente agroindústrias e cooperativas processadoras — quanto aos ganhos futuros.

Dessa forma, deve-se considerar a relevância que assumem políticas econômicas contractionistas que, ao promoverem o controle da demanda por meio de taxas de juros elevadas e de indexação dos ativos financeiros, desestimulam a formação de estoques, retraindo, ainda mais, os preços de mercado nessa época. Acrescente-se a isso uma conjuntura com preços baixos no mercado internacional, que desloca para o mercado doméstico parte da produção que normalmente seria exportada, reforçando a queda dos preços pagos ao produtor.

No caso da soja, que é um produto exportável, o declínio verificado em seus preços deveu-se, em sua maior parte, ao comportamento desfavorável do mercado de "commodities" na década de 80.

Quanto à evolução dos preços mínimos, percebe-se uma aproximação deles aos preços recebidos pelos produtores a partir, mais precisamente, de meados da década, quando chegam até mesmo a ultrapassar os preços de mercado (Tabela 7).

Tabela 7

Razões entre os preços recebidos pelos produtores e os preços mínimos,
por produto, no Rio Grande do Sul — 1980-89

ANOS	ARROZ	FEIJÃO	MILHO	SOJA
1980	1,22	1,18	1,78	1,05
1981	0,97	2,40	1,39	1,41
1982	1,19	1,00	1,01	1,30
1983	1,11	0,70	1,26	1,48
1984	0,95	0,88	1,57	2,62
1985	0,83	0,94	1,02	0,97
1986	0,99	0,97	1,07	0,98
1987	0,77	1,14	0,89	1,02
1988	0,87	1,06	1,10	1,59
1989	1,02	1,47	1,34	1,91

FONTE DOS DADOS BRUTOS: EMATER.
CFP.

Observa-se também que, a exemplo dos preços recebidos pelos produtores, os preços mínimos se mostraram decrescentes na década, destacando-se o período posterior a 1985, quando essa queda foi mais acentuada para os quatro produtos (Tabela 4 do Apêndice).

Tabela 8

Valor real e índice das médias dos preços mínimos, por produto,
no Rio Grande do Sul — 1975-89

ANOS	ARROZ		FEIJÃO		MILHO		SOJA	
	Valor Real(1) (Cr\$/50kg)	Número- índice	Valor Real (1) (Cr\$/60kg)	Número- índice	Valor Real (1) (Cr\$/60kg)	Número- índice	Valor Real (1) (Cr\$/60kg)	Número- índice
1975	16,27	113,38	27,99	104,84	9,20	149,36	15,49	103,00
1976	14,80	103,14	25,84	96,78	8,86	143,84	14,05	93,42
1977	14,16	98,68	27,82	104,20	8,01	130,04	12,25	81,45
1978	13,54	94,36	29,32	109,82	7,22	117,21	10,55	70,15
1979	13,00	90,60	27,70	103,75	6,85	111,21	9,65	64,17
1980	14,35	100,00	26,70	100,00	6,16	100,00	15,04	100,00
1981	12,38	86,28	36,47	136,60	7,17	116,40	10,22	67,96
1982	13,56	94,50	38,27	143,34	8,06	130,85	10,70	71,15
1983	12,15	84,67	35,66	133,56	7,11	115,43	9,61	63,90
1984	12,73	88,72	34,21	128,13	6,74	109,42	8,23	54,73
1985	16,54	115,27	40,83	152,93	9,78	158,77	15,45	102,73
1986	14,06	97,98	33,94	127,12	9,34	151,63	13,57	90,23
1987	9,90	68,99	27,00	101,13	6,29	102,12	8,98	59,71
1988	9,34	65,09	21,65	81,09	6,27	101,79	8,19	54,46
1989	8,05	56,10	24,89	93,23	5,59	90,75	6,71	44,62

FONTE DOS DADOS BRUTOS: CFP.

NOTA: As médias dos preços mínimos foram obtidas a partir dos preços mínimos reais calculados para os meses de concentração da colheita de cada produto: arroz e soja, março, abril e maio; feijão, novembro, dezembro e janeiro; milho, março, abril, maio e junho.

(1) Deflator IGP-DI, col.2, base mar./89=100.

No primeiro quinquênio dos anos 80, a PGPM sofreu profundas reformulações para poder atuar mais firmemente. Nessa ocasião, foi dissociado o crédito de custeio (VBCs) dos níveis de preços mínimos, proporcionando maior margem de manobra na aplicação tanto de uma

política como da outra. Posteriormente, em 1981, o Governo instituiu o preço-base, sujeito a indexações até a realização da colheita. Em 1984, finalmente, a indexação desses preços foi estendida por mais dois meses (março e abril), durante a época de safra.

A partir desse momento, portanto, a atuação da PGPM é de importância marcante na comercialização das safras, seja através da compra da produção (AGF), seja através do financiamento para a estocagem privada (EGF).

Tabela 9

Participação percentual do volume físico de AGF e de EGF no total das quantidades produzidas, por produto, no Rio Grande do Sul — 1980-89

ANOS	ARROZ		FEIJÃO		MILHO		SOJA	
	AGF	EGF	AGF	EGF	AGF	EGF	AGF	EGF
1980	1,61	32,19	-	1,17	-	2,76	-	38,64
1981	-	37,18	1,51	4,16	-	11,88	-	41,05
1982	-	44,90	48,36	24,12	1,53	11,00	-	63,96
1983	-	51,94	10,66	10,89	0,90	5,93	-	50,85
1984	3,11	22,38	0,79	5,73	0,94	1,92	-	15,93
1985	11,75	46,84	12,24	9,88	-	1,20	-	13,51
1986	6,88	54,50	1,98	7,66	-	1,17	0,01	8,92
1987	7,71	77,46	-	6,22	1,30	3,81	0,01	17,80
1988	9,08	77,02	1,34	13,11	-	2,08	-	3,80
1989	0,89	24,69	-	3,34	-	1,94	-	3,38

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE.
CFP.

No Rio Grande do Sul, são o arroz e a soja que lideram largamente os EGF no decorrer da década. Para as AGF, afora o feijão em 1982, quando o Governo comprou cerca de 50% da produção gaúcha, bem como em 1983 e 1985, esse instrumento foi mais empregado para aquisições do arroz irrigado (1985, 1986, 1987 e 1988), fato que praticamente não havia ocorrido antes de 1985.

Através dessas constatações, dois fatos saltam aos olhos: o primeiro refere-se à tendência decrescente dos preços agrícolas nos anos 80, e o outro, ao privilégio da concessão de benefícios da PGPM para agentes econômicos que, teoricamente, menos necessitariam utilizá-los.

A observação de que os preços agrícolas entram em uma fase descendente nesse período faz supor que a fixação de preços mínimos deveria dar-se de forma a estimular os produtores ao plantio. Ou seja, existe a possibilidade de que, havendo incrementos de oferta agrícola ao mesmo tempo em que ocorre uma limitação nos gastos públicos, a outra alternativa para estimular o plantio seja via preços mínimos. Mais ainda, uma vez estando reprimidos os preços agrícolas e havendo reduções significativas nos volumes de crédito agrícola, só é possível estimular os produtores ao plantio, se os preços mínimos forem atraentes.

Da mesma forma, pode-se inferir que, se os preços mínimos não foram capazes de reverter a tendência declinante, pelo menos não permitiram uma queda ainda maior nos preços agrícolas durante a década de 80.

O privilégio da concessão de benefícios da PGPM merece atenção, porque a destinação dada aos seus instrumentos revela o caráter elitista e concentrador dessa política, pelo menos no Rio Grande do Sul. Os benefícios via AGF e/ou EGF para culturas onde as características de produção e distribuição capitalistas são mais presentes, como o arroz e a soja, respalda essa afirmação.

5 - Uma avaliação das importações e exportações agrícolas

É importante discutir aqui o comportamento das importações de trigo e o das exportações de soja e de carne, uma vez que o Rio Grande do Sul é um dos estados que grandemente contribui para os saldos comerciais brasileiros, e, nesse sentido, verificar em que medida a agricultura gaúcha colaborou com as políticas de ajustamento externo.

As importações brasileiras de trigo apresentaram decréscimos significativos ao longo da última década. Ressalte-se ainda que, a partir de 1985, as compras de trigo diminuíram em mais de 70%, comparativamente ao pico das importações ocorrido em 1980, o que significa reduzir um dispêndio de US\$ 890 milhões para menos de US\$... 250 milhões nos últimos anos (1986, 1987, 1988 e 1989), como mostra a Tabela 10.

Contribuíram para a redução dessas importações os aumentos consideráveis verificados na produção brasileira de trigo, a partir de 1985. Os volumes produzidos mais que dobraram em cinco anos, sendo o Rio Grande Sul responsável por cerca de 30% dessa produção.

Passando agora para as vendas no comércio externo, tem-se o complexo soja liderando as exportações agrícolas gaúchas com mais de 64% do total de produtos exportados pelo Estado. É verdade, no entanto, que essa participação — que foi próxima aos 85% no início da década — vem caindo consideravelmente a partir de 1983, refletindo o comportamento desfavorável dos preços das "commodities" no mercado internacional.

O fato é que nem mesmo as sucessivas desvalorizações cambiais ocorridas em grande parte nos anos 80 conseguiram incentivar as exportações do Rio Grande do Sul. A queda nos preços agrícolas mundiais acabou comprometendo o que poderia ter sido o maior montante de divisas já gerado pela agricultura brasileira, uma vez que houve aumentos consideráveis das quantidades exportadas.

Um importante segmento produtor que tem participação na pauta brasileira de exportações — o das carnes de aves — tem pouca expressão na composição das exportações do Rio Grande do Sul, não totalizando 1% delas.

O mesmo acontece com o segmento da carne bovina, apesar de sua exportação apresentar índices de "quantum" significativos durante toda a década, quando confrontados com os do ano de 1980. As exceções ocorridas nos anos de 1986 e 1987 (Planos Cruzado e Bresser) são explicadas pela retração da oferta ao Exterior, em decorrência de uma conjuntura em que houve elevação da demanda interna com produção estagnada nesses dois anos.

Tabela 10

Valor das importações brasileiras de trigo — 1975-89

(US\$ milhões)	
ANOS	TRIGO IMPORTADO
1975	326
1976	504
1977	260
1978	541
1979	545
1980	890
1981	832
1982	762
1983	727
1984	755
1985	591
1986	248
1987	250
1988 (1)	97
1989 (1)	170

FONTE: Banco Central.

(1) Importações levantadas até o mês de setembro de cada ano.

Tabela 11

Índices de "quantum" e participação percentual das exportações, por produto, no total das exportações do Rio Grande do Sul — 1980-88

ANOS	SOJA E DERIVADOS		CARNE BOVINA		CARNE DE AVES		FUMO EM FOLHA	
	Índices	Exportações Totais (%)	Índices	Exportações Totais (%)	Índices	Exportações Totais (%)	Índices	Exportações Totais (%)
1980	100,00	84,16	100,00	0,61	100,00	0,86	100,00	1,55
1981	135,85	84,77	161,99	0,73	159,40	1,02	116,78	1,35
1982	108,34	82,29	178,31	0,98	166,74	1,30	128,59	1,81
1983	117,45	77,86	204,51	0,98	89,54	0,61	147,46	1,81
1984	91,80	68,60	174,21	0,94	78,53	0,61	164,79	2,28
1985	105,99	71,68	144,74	0,71	95,62	0,67	162,37	2,03
1986	61,04	63,84	97,65	0,74	90,14	0,97	156,67	3,03
1987	101,67	73,75	83,15	0,44	63,28	0,47	150,84	2,03
1988	78,89	65,50	148,00	0,89	74,44	0,64	186,94	2,87

FONTE DOS DADOS BRUTOS: CACEX.

6 - O significado do número de estabelecimentos agrícolas e do pessoal ocupado

Com base nos dados censitários, procurar-se-á, a seguir, analisar as alterações verificadas no número de estabelecimentos agrícolas e no número de pessoal ocupado na agricultura do Rio Grande do Sul, durante os primeiros cinco anos da década de 80 em relação ao último quinquênio dos anos 70. O pressuposto a ser investigado é o de que a retração no crescimento da economia brasileira determinou expectativas menores no êxodo rural, favorecendo o incremento da produção alimentar. O que equivale dizer que as reduções das oportunidades de emprego no mercado de trabalho urbano induziram o homem a permanecer no campo, e, conseqüentemente, ampliou-se o potencial produtivo dessas lavouras. Tal premissa está baseada no fato de que parcela significativa da produção de alimentos básicos tem origem na pequena produção agrícola⁶, caracterizada pela dotação de mão-de-obra familiar e pelo cultivo para subsistência.

⁶ Ver estudo mais elaborado sobre o tema em Rezende (1986).

Para o Rio Grande do Sul, os dados censitários revelam que os estabelecimentos agrícolas sofreram uma mudança na composição do seu número, bem como do pessoal neles ocupado no início dos anos 80, como indicam as informações que se seguem.

A Tabela 13 mostra que a categoria Responsáveis e membros não remuneráveis da família⁷ teve um crescimento em cerca de 10% nos estabelecimentos com área até 10 hectares, na primeira metade dos anos 80, caracterizando-se por uma inversão do comportamento verificado no período 1975-80. Esse aumento nas taxas de crescimento do número de Responsáveis e membros não remuneráveis da família foi acompanhado por um acréscimo na taxa de crescimento do número total de estabelecimentos, que passou de uma composição percentual de 4,8% em 1975-80 para 12,8% em 1980-85, nesse mesmo grupo de área (Tabela 12).

Tabela 12

Variação percentual do número de estabelecimentos, segundo a condição legal das terras e os grupos de área, no Rio Grande do Sul — 1975-85

GRUPOS DE ÁREAS	NÚMERO TOTAL DE ESTABELECIMENTOS		NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DE PROPRIETÁRIOS		NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS ARRENDADOS		NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS OCUPADOS	
	1980-75	1985-80	1980-75	1985-80	1980-75	1985-80	1980-75	1985-80
Menos de 10ha	4,82	12,81	2,18	12,56	8,39	4,44	-5,14	16,19
De 10 a 20ha	-0,29	2,77	-5,05	1,90	11,50	-5,75	-15,82	14,70
De 20 a 50ha	-3,96	-2,37	-9,45	-4,02	10,71	-3,46	-13,85	10,29
De 50 a 100ha	-0,76	0,31	-8,39	-0,14	14,05	3,19	-3,16	7,12
De 100 a 200ha	4,03	0,68	-2,71	0,04	17,26	2,05	-12,20	9,03
De 200 a 500ha	4,91	1,36	-1,48	0,19	16,63	-2,49	8,68	6,09
Mais de 500ha	2,57	0,54	-1,65	-0,40	10,88	3,14	16,50	-2,50

FONTE: CENSO AGROPECUÁRIO 1975: Rio Grande do Sul (1979). Rio de Janeiro, IBGE.

CENSO AGROPECUÁRIO 1980: Rio Grande do Sul (1984). Rio de Janeiro, IBGE.

CENSO AGROPECUÁRIO 1985: Rio Grande do Sul (1985). Rio de Janeiro, IBGE.

⁷ Essa categoria censitária é bastante representativa da pequena produção agrícola por ser considerada como auto-emprego.

Tabela 13

Varição percentual do pessoal ocupado nos estabelecimentos do Rio Grande do Sul, por categoria, segundo grupos de área — 1975-80 e 1980-85

GRUPOS DE ÁREAS	TOTAL DO PESSOAL OCUPADO		RESPONSÁVEIS E MEMBROS NÃO REMUNERÁVEIS DA FAMÍLIA		EMPREGADOS EM TRABALHO PERMANENTE		EMPREGADOS EM TRABALHO TEMPORÁRIO		PARCEIROS	
	1980-75	1985-80	1980-75	1985-80	1980-75	1985-80	1980-75	1985-80	1980-75	1985-80
Menos de 10ha	-6,99	9,86	-8,49	10,11	61,58	15,61	57,52	-5,84	20,65	-12,61
De 10 a 20ha	-10,74	-1,14	-12,46	-1,05	62,76	2,12	29,92	-7,52	15,49	-22,36
De 20 a 50ha	-13,34	-8,09	-15,70	-8,18	36,31	3,42	22,56	-15,80	4,45	-24,56
De 50 a 100ha	-6,58	-6,43	-12,77	-8,88	39,06	8,85	30,48	-5,21	6,08	-13,85
De 100 a 200ha	5,34	-3,13	-5,41	-7,81	32,50	12,32	29,01	-6,36	-2,56	-18,92
De 200 a 500ha	15,92	-0,06	-0,40	-5,60	25,07	9,95	33,31	-7,56	29,97	-30,69
Mais de 500ha	18,48	10,24	0,65	-3,29	13,52	13,17	51,15	3,20	26,73	7,73

FONTE: CENSO AGROPECUÁRIO 1975: Rio Grande do Sul (1979). Rio de Janeiro, IBGE.

CENSO AGROPECUÁRIO 1980: Rio Grande do Sul (1984). Rio de Janeiro, IBGE.

CENSO AGROPECUÁRIO 1985: Rio Grande do Sul (1985). Rio de Janeiro, IBGE.

Nas faixas superiores de tamanho de área (até 100 hectares), para a categoria Responsáveis e membros não remuneráveis da família, verificam-se declínios bem menores no quinquênio de 80 do que no de 70, o mesmo ocorrendo com o número total de estabelecimentos agrícolas nessas faixas.

Essas constatações podem ser tomadas como indicadores de que a crise econômica diminuiu a atração exercida pelos centros urbanos e corroborou o incremento da produção de alimentos básicos ao induzir a expansão da agricultura de subsistência, que, por sua vez, possibilitou um volume maior de excedentes ao mercado interno.

Conclusão

Este estudo foi realizado com o objetivo de avaliar o desempenho do setor agrícola no Rio Grande do Sul, levando-se em conta a simultaneidade do comprometimento

desse setor com os programas econômicos de ajustamento externo e com o abastecimento do mercado interno.

O procedimento aqui adotado para fins de análise — o de separar o segmento produtor mais voltado para o setor externo e o segmento produtor de alimentos básicos para o mercado doméstico — é bastante comum, porque, em função dos diferentes estímulos que recebe, a agricultura apresenta dicotomias acentuadas. No entanto esse procedimento é essencial para uma interpretação macroeconômica do desempenho agrícola, pois, assim, pode-se perceber como as medidas econômicas adotadas influenciaram os rumos do setor.

Estando cada vez mais integrada às questões gerais da economia, a agricultura mantém estreita relação com as determinações governamentais na condução da economia do País. Nesse sentido, a importância da produção de alimentos está na ordem direta das necessidades de estabilização econômica. Os resultados que se expressaram em acréscimos significativos nos níveis de produção agrícola a partir do segundo quinquênio da década de 80 comprovam essa afirmativa. Todas as vezes em que os programas de governo e os planos econômicos esboçaram, entre inúmeras prioridades, a de produzir mais, a fim de que não fossem comprometidos os resultados macroeconômicos (a exemplo da inflação), a agricultura brasileira respondeu favoravelmente, com aumentos consideráveis nas quantidades produzidas. Nos últimos cinco anos, obteve-se um acréscimo na produção da ordem de 20 milhões de toneladas de grãos, depois de um longo período de estagnação. Atribui-se à determinação de medidas econômicas favoráveis ao estímulo da produção agrícola — como preços mínimos regionalmente diferenciados — e ao direcionamento de recursos governamentais aos cultivos com emprego adequado de tecnologia o sucesso na obtenção desse novo patamar. Com efeito, grande parte desse fabuloso desempenho deveu-se às áreas que ainda não tinham sido exploradas nas regiões de fronteira agrícola nacional e, também, aos excelentes ganhos de produtividade de algumas culturas em áreas tradicionais, a exemplo do trigo.

O desenvolvimento da presente análise permitiu constatar que a política econômica, caracterizada por duas diretrizes distintas durante a década de 80, provocou repercussões substanciais na agricultura. A primeira característica expressa-se no período de 1980 a 1984, configurando-se nas medidas de efeito contracionista, que culminaram no corte ao crédito rural. A segunda característica veio a ocorrer entre 1985 e 1989, quando a política econômica se tornou menos restritiva, ocasionando, então, o retorno dos financiamentos rurais, fundamentalmente reformulados para atender ao pequeno produtor e à produção de alimentos básicos, bem como preços mínimos mais estimulantes, com correções mensais. Do ponto de vista de suas repercussões, pode-se afirmar que os programas de ajustamento externo não impediram que a produção alimentar brasileira apresentasse um desempenho satisfatório no decorrer dos anos 80. Deve ter contribuído para isso a implementação de políticas específicas de estímulo ao setor, especialmente no último quinquênio. Certo é considerar também que o feijão, leguminosa de fundamental relevância na composição alimentar das camadas sociais de baixa renda, teve sua produção bastante afetada pela sua alta suscetibilidade às variações climáticas, que foram uma constante nesse período.

Para se proceder à análise particularizada da agricultura do Rio Grande do Sul, levou-se em consideração o desempenho da produção vegetal e animal, num total de

oito produtos, avaliando-se o comportamento dos preços agrícolas, a evolução do comércio exterior e o significado da variação no número de estabelecimentos agrícolas e no de pessoal ocupado nas atividades rurais.

Ora, contrariamente ao que ocorreu para o Brasil, como efeito da "prioridade agrícola" estabelecida nos programas e nos planos de governo, a produção alimentar no Rio Grande do Sul, como pode-se ver, não se refletiu propriamente na conquista de um novo patamar, uma vez que apenas foram retomados os volumes de produção do início dos anos 80. É preciso ressaltar, todavia, que esse retorno aos níveis de produção anteriores foi atingido apesar das condições climáticas pouco favoráveis em duas das quatro safras analisadas e do registro de uma tendência decrescente nos preços agrícolas durante a década de 80.

Considerando-se exclusivamente o período em que foi centrada a análise, 1985-89, verificou-se que a economia encontrava-se regida por uma política econômica mais flexível e que, dessa forma, puderam ser proporcionadas medidas de estímulo mais significativas à produção das quatro safras analisadas para o Rio Grande do Sul. No entanto os resultados de produção diretamente provenientes de estímulos governamentais só podem ser constatados em duas ocasiões: nas safras de 1986/87 e de 1988/89. A primeira safra estabeleceu o retorno aos níveis de produção do início da década; foi quando os preços mínimos passaram a ser corrigidos pelo IPP, acompanhando os preços pagos pelo produtor, e quando houve queda nas taxas de juros. Salientaram-se, entre os produtos de mercado interno, o arroz, o milho, o trigo, a batata-inglesa e a cebola, por apresentarem níveis de produtividade acima da média registrada para a década. A segunda safra bem-sucedida foi estimulada por acréscimos reais nos preços mínimos e pela proposta de aplicação de recursos de forma racional nas lavouras. Disso resultou um novo recorde de produção agrícola para o Rio Grande do Sul, apesar da estiagem na região oeste do Estado. Todos os produtos de mercado interno apresentaram níveis de produtividade física 22% superiores à média da década de 80, exceto a cebola.

Mesmo assim, é bom salientar que, através da análise comparativa entre a agricultura gaúcha e a nacional nas décadas de 70 e 80, pode-se verificar que a única lavoura do Rio Grande do Sul que mantém liderança em níveis de produção, de área e de produtividade física em relação à agricultura do País é a de arroz irrigado. Todas as demais culturas perderam posição relativa quando confrontadas com os respectivos totais de produção para o Brasil.

No que se refere à produção animal, pode-se afirmar que não houve evolução do setor no Rio Grande do Sul, com os segmentos produtores de carne bovina e de aves praticamente estagnados, mesmo com a relativa importância desses produtos na pauta de exportação brasileira. Fato que se deve, em muito, à queda na demanda interna e às altas taxas de juros no mercado financeiro.

A análise da evolução dos preços agrícolas, por sua vez, mostrou que, durante a década de 80, houve queda real nos quatro produtos para os quais foi possível realizar o levantamento das informações (arroz, milho, feijão e soja). Essa tendência decrescente deveu-se, fundamentalmente, em primeiro lugar, aos aumentos de produção no período; em segundo, às expectativas pouco favoráveis dos agentes econômicos quando da formação de estoques na época de safra; e, em terceiro lugar, a uma conjuntura de preços baixos no mercado internacional.

Quanto ao comportamento dos preços mínimos, estes estiveram próximos aos de mercado e, portanto, também em queda, destacadamente no período posterior a 1985. Vale registrar que, se os preços mínimos foram sistematicamente fixados em níveis atraentes para o produtor, de modo a estimular a produção de mercado interno, eles impediram que a tendência decrescente dos preços agrícolas fosse mais acentuada ainda. O que não quer dizer, entretanto, que eles não tenham exercido influência sobre as expectativas de plantio desses produtores. Tornar os preços mínimos estimulantes significa fixá-los em níveis próximos ou acima dos preços declinantes verificados no mercado, conforme o que é pretendido em termos de política, ou seja, estimular ou não o plantio.

Na suposição de que a produção de mercado interno seria prejudicada em detrimento da produção exportável, fez-se o levantamento das quantidades exportadas dos principais produtos gaúchos na pauta de exportação, que vinham se resumindo à soja e às carnes bovina e de aves. Constatou-se, então, que o fumo tem superado os volumes exportados das carnes; porém, como não se trata de um produto alimentar, este não fez parte desta análise.

As exportações agrícolas gaúchas mostraram-se declinantes na década. Essa afirmativa é válida, surpreendentemente, também para o complexo soja, o que se explica pela conjuntura de preços desfavoráveis no mercado internacional. Nesse sentido, pouco fez o Rio Grande do Sul para a obtenção dos solicitados "superavits" comerciais no balanço de pagamentos.

Já o trigo, principal produto das importações agrícolas brasileiras, teve um desempenho de produção esplêndido, com índices recordes de produtividade física no Rio Grande do Sul, notadamente no período pós 85. Vale afirmar, nesse sentido, que a triticultura, amplamente estimulada pelo Governo, respondeu às solicitações para substituir importações e tornou-se consistente com as políticas de ajuste externo.

Quanto à análise dos dados censitários sobre o número de estabelecimentos agrícolas e o de pessoal ocupado no campo, observou-se que, nos dois casos, houve um comportamento de retração no último quinquênio dos anos 70. Mas a expansão desses números nos primeiros cinco anos da década de 80 mostra que essa situação se inverte. Esse movimento pode ser tomado como um indício de que o homem foi induzido a permanecer no meio rural em função das condições insatisfatórias de sobrevivência nas cidades, e isso permite inferir que o incremento da produção de subsistência favoreceu a canalização de um excedente maior de alimentos aos mercados domésticos.

Para finalizar, pode-se dizer que, de uma maneira geral, a agricultura gaúcha, afora o trigo e o arroz, apresentou resultados pouco satisfatórios como resposta às solicitações mais amplas da economia brasileira, destoando, portanto, do desempenho agrícola brasileiro que, como um todo, mostrou as potencialidades do setor. O retorno do Rio Grande do Sul aos níveis de produção do início dos anos 80 deveu-se, em muito, ao comando da política econômica. Esta provocou a elevação da produção doméstica de alimentos como condição de garantia do abastecimento interno e do controle inflacionário, bem como proporcionou estímulo à produção para substituir importações.

Resta aguardar que a nova década possibilite maiores alternativas de mercado e de cultivos, de forma que o Rio Grande do Sul possa ser novamente lançado em outra frente de expansão agrícola.

Bibliografia

- BACHA, Edmar Lisboa (1986). Observações preliminares sobre a estratégia econômica do novo governo brasileiro. **Revista de Economia Política**, São Paulo, Brasiliense, 6(1):125-31, jan./mar.
- BRANDÃO, Antônio Salazar P., ed. (1988). **Os principais problemas da agricultura brasileira: análise e sugestões**. Rio de Janeiro, IPEA/INPES. 399p. (Série PNPE, 18).
- BUAINAIN, Antônio Marcio (1987). Agricultura pós-cruzado (euforia e crise). In: CARNEIRO, Ricardo, org. **A política econômica do cruzado**. São Paulo, UNICAMP.
- BUAINAIN, Antônio Marcio & SOUZA FILHO, Hildo Meirelles de (1986). A trajetória recente da agricultura: da recessão à recuperação. In: CARNEIRO, Ricardo, org. **A política econômica da Nova República**. 2.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra. p.63-98.
- CARNEIRO, Ricardo (1987). A trajetória do Plano Cruzado. In: CARNEIRO, Ricardo, org. **A política econômica do cruzado**. São Paulo, UNICAMP.
- CARNEIRO, Ricardo & MIRANDA, José Carlos (1986). Os marcos gerais da política econômica. In: CARNEIRO, Ricardo, org. **A política econômica da Nova República**. 2.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra. p.7-26.
- CENSO AGROPECUÁRIO: Rio Grande do Sul 1975 (1979). Rio de Janeiro, IBGE.
- : Rio Grande do Sul 1980 (1984). Rio de Janeiro, IBGE.
- : Rio Grande do Sul 1985 (1987). Rio de Janeiro, IBGE. (xerox).
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (1982). **Análise da política de preços mínimos para os produtos agrícolas do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre.
- INDICADORES ECONÔMICOS RS (1986). Porto Alegre, FEE, v.14, n.4.
- (1988). Porto Alegre, FEE, v.15, n.4.
- INDICADORES ECONÔMICOS FEE (1989). Porto Alegre, FEE, v.16, n.4.
- (1990). Porto Alegre, FEE, v.17, n.4.
- IPEA (1987). **Perspectivas da economia brasileira - 1987**. Rio de Janeiro, INPES. cap.1, 3 e 7.
- LOPES, Mauro de Rezende (1988). Comercialização interna e externa da produção agrícola: principais problemas e sugestões. In: BRANDÃO, Antônio Salazar P., ed. **Os principais problemas da agricultura brasileira: análise e sugestões**. Rio de Janeiro, IPEA/INPES. p.357-95.
- MARRKWALD, Ricardo Andrés (1987). O Ajustamento externo, 1980/86. In: IPEA. **Perspectivas da economia brasileira - 1987**. Rio de Janeiro, INPES. p.39-58.

- MELLO, Fernando Homem de (1985). A composição da produção no processo de expansão da fronteira agrícola brasileira. **Revista de Economia Política**, São Paulo, Brasiliense, 5(1):86-111, jan./mar.
- (1990). O crescimento agrícola brasileiro dos anos 80 e as perspectivas para os anos 90. **Revista de Economia Política**, São Paulo, Brasiliense, 10(3):22-30, jul./set.
- (1988). A necessidade da estabilização de preços para as culturas domésticas. In: BRANDÃO, Antônio Salazar P., ed. **Os principais problemas da agricultura brasileira: análise e sugestões**. Rio de Janeiro, IPEA/INPES. p.265-92.
- RANGEL, Ignácio (1989). Recursos ociosos e ciclo econômico (alternativas para a crise brasileira). **Revista de Economia Política**, São Paulo, Brasiliense, 9(1):21-30, jan./mar.
- REZENDE, Gervásio Castro de (1986). Crescimento econômico e oferta de alimentos no Brasil. **Revista de Economia Política**, São Paulo, Brasiliense, 6(1):64-81, jan./abr.
- (1988a). **Crise externa e agricultura: Brasil, anos 80**. Rio de Janeiro, FASE.
- (1988b). Inflação, preços mínimos e comercialização agrícola: a experiência dos anos 80. In: BRANDÃO, Antônio Salazar P., ed. **Os principais problemas da agricultura brasileira: análise e sugestões**. Rio de Janeiro, IPEA/INPES. p.333-55.
- (1987). A política agrícola e a estabilização macroeconômica. In: IPEA. **Perspectivas da economia brasileira - 1987**. Rio de Janeiro, INPES. p.143-66.
- SILVA, José Cláudio F. da & VELLOSO, Ricardo Cicchelli (1987). O Plano Cruzado. In: IPEA. **Perspectivas da economia brasileira - 1987**. Rio de Janeiro, INPES. p.21-38.
- (1987). Política econômica: retrospecto de uma década. In: IPEA. **Perspectivas da economia brasileira - 1987**. Rio de Janeiro, INPES. p.7-19.
- ZINI JÚNIOR, Álvaro (1989). A política cambial em discussão. **Revista de Economia Política**, São Paulo, Brasiliense, 9(1):47-61, jan./mar.

Abstract

The purpose of this paper is to analyze the performance of agriculture in the state of Rio Grande do Sul in face of the economic policies applied since 1980, when the country starts a process of external adjustment.

Apêndice

Tabela 1

Índices de produção física, de área colhida e de produtividade física,
por produto, no Rio Grande do Sul — 1975-89

ANOS	ARROZ			FEIJÃO		
	Produção Física	Área Colhida	Produtividade Física	Produção Física	Área Colhida	Produtividade Física
1975	78,65	78,24	100,53	193,62	91,30	212,83
1976	86,15	91,55	94,00	174,56	88,55	197,44
1977	91,79	94,50	97,13	136,24	85,14	161,54
1978	87,61	89,96	97,39	164,60	99,11	166,67
1979	73,04	87,65	83,29	170,08	86,75	197,44
1980	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
1981	107,07	102,33	104,70	158,86	103,49	153,85
1982	112,93	104,22	108,36	182,80	103,96	176,93
1983	96,83	106,28	91,13	115,02	91,19	125,65
1984	136,01	120,98	112,28	165,59	95,69	174,36
1985	139,84	120,37	116,19	171,96	99,42	174,36
1986	130,27	121,35	107,32	73,71	106,73	69,24
1987	155,30	134,08	115,67	138,82	108,63	128,21
1988	169,24	135,40	125,07	174,55	95,62	182,06
1989	173,06	134,24	128,99	178,54	92,85	192,31

ANOS	MILHO			SOJA		
	Produção Física	Área Colhida	Produtividade Física	Produção Física	Área Colhida	Produtividade Física
1975	74,87	81,89	91,18	81,73	78,08	104,87
1976	77,27	84,89	91,18	89,02	82,66	107,64
1977	84,76	89,89	94,12	98,97	87,53	113,20
1978	68,02	87,60	77,65	79,62	94,15	84,73
1979	58,63	96,04	61,18	63,28	101,12	62,50
1980	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
1981	120,46	97,72	122,95	106,13	95,72	111,12
1982	99,54	99,49	100,00	73,57	88,77	82,64
1983	100,41	95,58	104,71	91,84	85,34	107,64
1984	112,82	101,18	111,18	94,40	91,34	103,48
1985	112,55	93,75	120,00	99,55	91,22	109,03
1986	61,28	81,96	74,71	56,98	81,35	70,14
1987	122,51	105,06	116,48	87,07	79,19	109,73
1988	80,24	87,00	92,36	63,30	86,18	73,62
1989	113,34	84,48	134,12	109,75	92,03	119,45

(continua)

Tabela 1

Índices de produção física, de área colhida e de produtividade física,
por produto, no Rio Grande do Sul — 1975-89

ANOS	TRIGO			BATATA-INGLESA		
	Produção Física	Área Colhida	Produtividade Física	Produção Física	Área Colhida	Produtividade Física
1975	121,46	139,78	86,67	132,50	108,50	122,00
1976	178,01	147,96	120,00	135,28	112,58	120,12
1977	67,87	112,15	60,00	129,85	108,66	119,37
1978	148,10	91,56	161,34	131,09	117,04	112,04
1979	96,63	147,52	65,34	139,70	112,05	124,63
1980	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
1981	105,58	66,51	158,67	96,76	85,29	113,35
1982	50,86	96,29	53,34	82,29	81,55	100,94
1983	78,47	50,84	153,34	87,13	81,80	106,40
1984	60,19	46,69	128,00	108,64	87,05	124,82
1985	91,86	70,54	129,34	88,69	74,16	119,55
1986	171,16	88,17	193,34	63,08	74,58	84,59
1987	160,26	72,24	221,34	91,90	70,18	130,83
1988	141,53	77,38	182,67	105,61	75,45	139,85
1989	143,84	59,53	241,34	97,92	68,38	143,05

ANOS	CEBOLA			MANDIOCA		
	Produção Física	Área Colhida	Produtividade Física	Produção Física	Área Colhida	Produtividade Física
1975	89,76	92,93	96,62	116,42	173,08	67,24
1976	89,76	97,19	92,42	106,67	155,91	68,43
1977	98,03	109,88	89,30	101,34	155,85	65,03
1978	78,38	96,70	81,03	91,86	136,29	67,41
1979	99,68	109,88	90,79	83,64	135,85	61,58
1980	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
1981	127,43	110,00	115,86	62,52	89,53	69,84
1982	111,49	96,23	115,86	61,97	89,54	69,22
1983	110,78	96,98	114,23	61,49	89,00	69,11
1984	103,18	112,92	91,47	51,86	82,68	62,71
1985	114,35	88,76	128,87	55,74	82,90	67,24
1986	71,20	84,11	84,69	58,54	87,42	66,95
1987	110,64	95,72	115,59	63,72	87,21	73,07
1988	82,20	78,36	105,02	65,08	88,77	73,29
1989	84,24	81,52	103,39	60,48	78,73	76,80

FONTES DOS DADOS BRUTOS: IBGE.

Tabela 2

Produtividade física média obtida, por produto, no Rio Grande do Sul
e no Brasil — décadas de 70 e 80

DISCRIMINAÇÃO	(t/ha)			
	RIO GRANDE DO SUL		BRASIL	
	Década de 70	Década de 80	Década de 70	Década de 80
Arroz	3,61	4,25	1,46	1,74
Feijão	0,79	0,58	0,56	0,45
Milho	1,39	1,84	1,46	1,83
Soja	1,34	1,43	1,45	1,73
Trigo	0,82	1,18	0,85	1,30
Batata-inglesa	6,23	6,19	8,66	12,12
Cebola	6,89	7,94	6,99	10,71
Mandioca	11,98	12,87	12,92	11,92

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE.

Tabela 3

Taxas geométricas de crescimento dos preços recebidos pelos produtores
no período de concentração da colheita, por produto,
no Rio Grande do Sul — 1980-89

PERÍODOS	ARROZ	FEIJÃO	MILHO	SOJA
1980-84	-8,95	-1,13	-0,97	8,12
1985-89	-12,19	-1,22	-6,92	-3,72
1980-89	-8,11	1,73	-4,16	-2,31

FONTE DOS DADOS BRUTOS: EMATER.

Tabela 4

Taxas geométricas de crescimento da média dos preços mínimos
no período de concentração da colheita, por produto,
no Rio Grande do Sul — 1980-89

PERÍODOS	ARROZ	FEIJÃO	MILHO	SOJA
1980-84	-2,95	6,39	2,28	-13,99
1985-89	-16,48	-11,64	-13,05	-18,82
1980-89	-6,22	-0,78	-1,07	-8,58

FONTE DOS DADOS BRUTOS: CFP.